

# O processo de colonização em Mato Grosso e o impacto sobre as sociedades indígenas: o caso de Sinop

## *The colonization process in Mato Grosso and the impact on the indigenous societies: Sinop case study*

Micnéias Tatiana de Souza Lacerda Botelho\*  
Darci Secchi\*\*

**Resumo:** O processo de colonização de Mato Grosso impactou seriamente o modo de vida das sociedades indígenas que ocupavam a região. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de colonização de Sinop e seus efeitos sobre as sociedades indígenas localizadas ao longo da Rodovia BR-163. Trata-se de um estudo da história recente (50 anos) que discute alguns contornos do modelo de expansão capitalista e o papel do estado como viabilizador da infraestrutura e moderador dos conflitos com as populações indígenas. A expansão das frentes agropastoris redesenhou o perfil populacional, alterou o modo de ocupação territorial e resultou na transferência compulsória de povos indígenas para outras áreas, especialmente para o Parque do Xingu. Tais impactos perduram até os dias atuais e se revestem de novos significados. A crescente procura dos indígenas por bens e serviços existentes nos centros urbanos tem sido uma forma de mitigar as perdas. De outra parte, ela potencializou os riscos à saúde e à vida comunitária.

**Palavras-chave:** colonização em Mato Grosso; sociedades indígenas; Sinop.

**Abstract:** The colonization process of Mato Grosso severely affected the way of life of indigenous societies who occupied the region. This work aims at analyzing the colonization process of Sinop and its effects on indigenous societies located along the BR-163 road. A study of recent history (50 years) which discusses some of the capitalist expansion model outlines and the role of the state as enabler of infra-structure and moderator of conflicts with the indigenous. The expansion of agro-pastoral fronts redesigned the population profile, altered the way of territorial occupation and resulted in the compulsory transfer of indigenous peoples to other areas, mainly to the

\* Mestre em Educação, Professora Assistente do Curso de Graduação em Enfermagem da UFMT Campus Sinop. Bolsista CAPES. E-mail: profmicneias@gmail.com

\*\* Doutor em Antropologia, Professor Associado II da UFMT Campus Cuiabá. E-mail: darci.secchi@gmail.com

Xingu Park. Such impacts have lasted to the present day and acquired new meanings. The growing demand of the indigenous people for goods and existing services in the urban centers has been a way of mitigating the losses. On the other hand, it increased the risks to health and community life.

**Key words:** colonization in Mato Grosso; indigenous societies; Sinop.

## 1 Apresentação

O processo de colonização do território que se tornaria a cidade de Sinop desenvolveu-se com as características peculiares de uma frente de expansão da fronteira agrícola do Centro-Oeste brasileiro. Configurou-se como um empreendimento capitalista ancorado na concentração da posse da terra, acumulação e reprodução do capital, movimento migratório de trabalhadores e implantação de infraestrutura básica.

Romancini e Rodrigues (2007) reforçam que o projeto de colonização<sup>1</sup> da Amazônia Legal<sup>2</sup> se deu quando a união, sob a égide dos governos militares e do lema “Amazônia – integrar para não entregar”, promoveu a incorporação da região ao processo de expansão capitalista, transformando-a numa nova frente de expansão do capital nacional e internacional. Os autores ressaltam que a política de integração dessas áreas considerava como “espaços vazios” as terras ainda não integradas ao modo capitalista de produção.

Na medida em que ocorreu a expansão das propriedades privadas e a modernização do capital urbano, pode-se observar uma crescente expulsão dos segmentos populacionais tradicionais da região, como indígenas, posseiros e extrativistas minerais e vegetais.

A retirada dos povos indígenas que ocupavam as terras na região de Sinop não se deu diretamente pela ação violenta de milícias armadas a serviço de fazendeiros e empresas privadas (como ocorreu em outras regiões do estado), mas pela violência institucional, representada pelos órgãos oficiais do estado. Tratou-se, portanto, de uma estratégia do Estado apropriada pelo governo militar e associada ao capital para alcançar objetivos convergentes.

---

<sup>1</sup> De acordo com o Estatuto da Terra/1964, colonização é definida como toda atividade oficial e particular destinada a promover o aproveitamento da terra (SOUZA, 2004, p. 115). Mais recentemente, vem associada às noções de Reforma Agrária, Assentamento e Função Social da Terra. No caso específico da região de Sinop, a colonização desconsiderou os modelos tradicionais de “aproveitamento da terra” e implantou um novo modelo agropecuário e madeireiro. Para tanto, retirou os ocupantes tradicionais, dispersando-os (como ocorreu com os posseiros e coletores), ou reassentando-os (como ocorreu com os indígenas). Os processos de colonização podem resultar em diferentes dinâmicas sociais, como o intercâmbio cultural, econômico, político etc. e até o desaparecimento das populações originárias pela subjugação física e cultural.

<sup>2</sup> A denominação Amazônia Legal passou a ser adotada com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, por meio da Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953.

A fragmentação da Amazônia Legal foi levada a cabo por um modelo econômico centrado na expropriação e na apropriação, ora promovida pelo próprio governo, ora por empresas privadas e, não raramente, resultou em prejuízos para o meio ambiente e para as populações indígenas, posseiros e ribeirinhos. Esse modelo de ocupação caracterizou a capitalização das terras e materializou a expansão do capitalismo no Centro-Oeste e na Amazônia.

O presente trabalho trata do processo de colonização de Sinop e o impacto sobre as sociedades indígenas que habitavam a região. Discute alguns contornos do modelo de expansão capitalista na região e o papel do estado como viabilizador da infraestrutura e moderador dos conflitos com as populações indígenas, ribeirinhos e posseiros.

Trata-se de uma pesquisa da história recente da região, com abordagem qualitativa e objetivo descritivo dos dados relevantes, cenários peculiares e pouco conhecidos no contexto acadêmico. Tivemos os cuidados apontados por Severino (2007), que propõe aos pesquisadores que adotem a abordagem qualitativa. O autor expõe que a pesquisa qualitativa busca estudar os fenômenos e compreender o significado dos eventos que se instituem na dinâmica de relações. Na mesma percepção teórica, Minayo (2007) alerta que a busca da compreensão das relações humanas ancora-se no universo dos significados, das crenças, dos valores e hábitos, e, portanto, o pesquisador deve procurar compreender tal universo, descrevendo a dinâmica das relações e entendendo os momentos vivenciados pelos sujeitos. (LEININGER; MCFARLAND, 1991; MARCONI; PRESOTTO, 2008).

A abordagem bibliográfica procurou contemplar os aspectos relevantes das ciências da Educação e da Antropologia, de forma a compreender a diversidade cultural estabelecendo um encontro com a alteridade. Foi uma tentativa de compreender a diversidade cultural em um encontro radical com a alteridade (JAIME JÚNIOR, 2001, p. 69).

## **2 O contexto geral do surgimento de Sinop**

A construção de Sinop teve como escopo real um negócio imobiliário de natureza rural e urbana, implementado por uma empresa originária da cidade de Maringá, PR, que se tornou proprietária de uma área de aproximadamente 650 mil hectares, localizada no norte de Mato Grosso.

Mas, o que é Sinop? Em qual contexto o seu projeto foi idealizado e implantado? Quais os aspectos históricos, sociais e econômicos que envolveram essa colonização? Quais suas múltiplas faces nos dias atuais?

Para melhor situar o presente estudo, faz-se necessário perseguir essas questões e trazer à tona uma história de mudanças, de impactos positivos e

negativos para as sociedades que historicamente habitavam a região, bem como para as que vieram a reocupá-la e transformá-la.

Do ponto de vista histórico, a colonização de Sinop associa-se ao movimento de colonização que ocupou o Centro-Oeste e a Amazônia a partir da década de 1970, impulsionado pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Tal iniciativa proposta pelo governo federal visava à identificação e apoio a migrantes que, seduzidos por promessas de aquisição de terras férteis e prosperidade econômica, deslocaram-se de regiões estruturadas e estabilizadas economicamente, para a região norte do estado de Mato Grosso (CUNHA, 2010).

Nesse sentido, o Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, que normatizou o PIN, era claro em seus propósitos. Para Cunha (2010, p. 54):

O governo federal se responsabilizou por criar incentivos fiscais e financeiros, bem como realizar investimentos em infraestrutura para a promoção da colonização. Não se tratou somente de possibilitar legalmente a colonização, tratou-se, sim de mobilizar a capitalização da Amazônia através de subvenções financeiras do poder público para viabilizar e amparar a iniciativa privada. Entre várias orientações estava a garantia de formação de áreas de ocupação às margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

O PIN destinou para colonização e reforma agrária cerca de 100 km à esquerda e à direita das rodovias federais em processo de implantação na Amazônia Legal. O Decreto, que arrolou 15 estradas a serem construídas, destacava a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR163), em cujas margens seria fundada a cidade de Sinop (SOUZA, 2004).



**Figura 1** - Abertura da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163) que dá acesso a Sinop.

Fonte: Acervo Luiz Erardí.

Para quem nunca ouviu falar dessa cidade, seu nome soa como ádvena. Está localizada a aproximadamente 500 km da capital, e a origem do seu nome corresponde à sigla da empresa Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Sociedade Anônima (S.I.N.O.P. S/A) que, na década de 70, colonizou a região. O nome da cidade de Sinop pretendia ser uma homenagem à empresa e a seus proprietários (Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho).



**Figura 2** - Vista aérea de Sinop nos primeiros anos de sua fundação  
Fonte: Acervo Luiz Erardí.



**Figura 3** – Vista aérea de Sinop na primeira década de 2000.

Fonte: Acervo Luiz Erardi.

Souza (2004) destaca que, nas décadas de 1950 e 1960, a empresa atuou em diversos projetos imobiliários no norte e noroeste do Paraná e esteve presente na implantação de cidades como Formosa do Oeste, Terra Rica, Ibiporã, Iverá, dentre outras.

Durante o governo Médici, o Sr. Ênio Pipino, engajado na “conquista da Amazônia”, implantou na região a Gleba Celeste que daria origem às cidades de Vera, Sinop, Santa Carmem e Cláudia.

A primeira cidade a ser criada foi Vera, no ano de 1972, em seguida, Sinop e Santa Carmem em 1974 e, por último, Cláudia, em 1978. Não obstante todas essas cidades serem projetadas próximas à rodovia BR 163, apenas Sinop foi construída no seu eixo.

Por sua posição estratégica, Sinop adquiriu primazia entre os núcleos urbanos da colonizadora e passou a ser o polo de concentração das atividades comerciais, industriais e de serviços. Os outros núcleos, como Vera, Santa Carmen e Cláudia, constituem-se centros menores, com pequenos comércios, considerados como uma espécie de “urbanismo rural”.

Depoimentos de memória sugerem que os migrantes que chegaram a essas terras, eram, em sua maioria, originários de região sulina. Eram descendentes de outros processos migratórios oriundos da Europa e outros

continentes. Homens e mulheres descendentes de alemães, portugueses, japoneses, italianos, austríacos, libaneses etc. que, somados aos brasileiros, formaram essa mistura étnica e cultural que deu origem às cidades da região.

O projeto Gleba Celeste se apoiava na ideia de “loteamento, povoamento e desenvolvimento”. Para tanto, necessitava da implantação de infraestrutura urbana e rural. Para as cidades, propunha-se estruturar centros administrativos com organizações funcionais; para o campo, subsidiar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária.

Se verificarmos a história recente, perceberemos que Sinop passou a ganhar espaço no contexto regional na medida em que o crescimento populacional se acelerou e que os investimentos econômicos e sociais se diversificaram. Se, na década de 1970, Sinop era considerada um núcleo urbano sem importância, com o crescimento populacional advindo do processo migratório, passou a ter maior destaque. Seis anos após sua fundação, apresentava uma população de 19.891 habitantes e, em 1995, sua população já ultrapassava a casa dos quarenta mil. O censo de 2000 indicou um total de 74.831 habitantes (CUNHA, 2010) e uma década depois já se transformara na cidade-polo com uma população superior a 100 mil habitantes (IBGE, 2010). Esses números impressionam quando comparados a outros projetos de colonização, dando a Sinop a característica de desenvolvimento econômico com crescimento populacional.

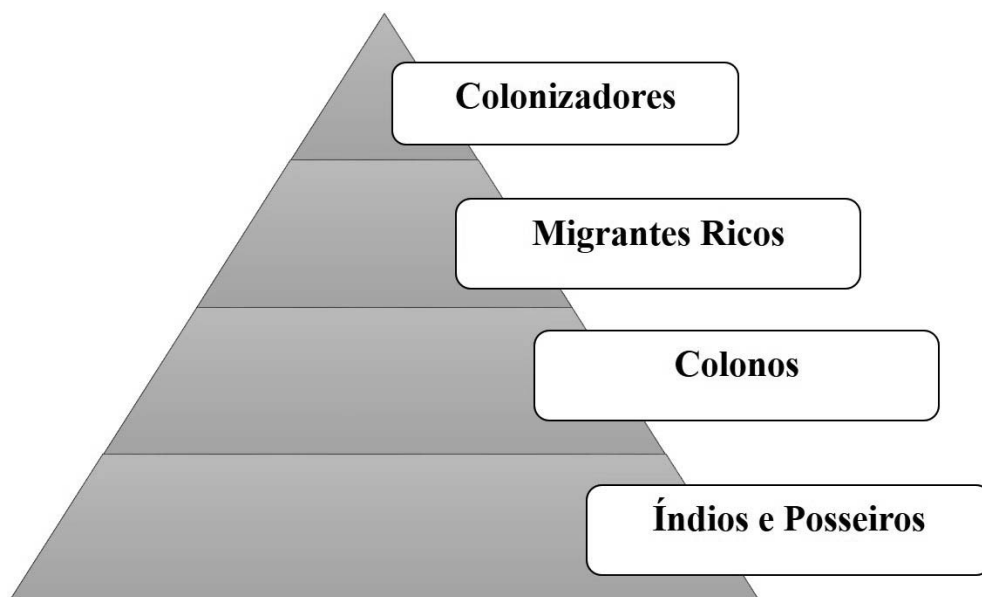
Os primeiros colonizadores eram oriundos do estado do Paraná, mas logo foram chegando brasileiros de todas as regiões do país. Dada a precariedade de acesso efetivo aos lotes, a cidade tornou-se o *locus* provisório dos grupos de migrantes que, posteriormente, se dirigiram às terras onde iniciaram a dinâmica econômica da produção agrícola e pecuária.

Antes da efetiva implantação desse projeto de colonização, já existia na região um modelo de ocupação praticado por posseiros e indígenas, baseado na exploração dos recursos florestais sem a sua derrubada. Tal modelo se tornaria incompatível com o proposto pelas frentes de colonização. A solução encontrada ante tal dilema foi a transferência das populações tradicionais para outras áreas.

A formação dos núcleos urbanos associada à modernização da produção agropastoril (fundada na mecanização, concentração de terras e aumento da produtividade) resultou na expulsão das áreas rurais de milhares de famílias que migraram para as cidades em busca de novas perspectivas da produção da vida material (ROMANCINI; RODRIGUES, 2007).

Na medida em que a região foi sendo ocupada, ocorreu uma concentração das propriedades, e foi possível identificar os grupos sociais que teriam acesso à terra e os que seriam desalojados, dentre eles, os povos indígenas, os extrativistas e posseiros que historicamente ocupavam a região.

Se representarmos num esquema piramidal a organização social que se estabeleceu na região, verificaremos uma estratificação hierárquica que se dava na seguinte forma: no topo da pirâmide situavam-se os colonizadores que idealizaram o projeto de urbanização da Gleba Celeste. Eram os donos das terras e detinham o seu controle e gerenciamento. Pouco abaixo do topo, estão os migrantes ricos que, em virtude de suas condições financeiras mais propícias, adquiriram uma extensão maior de terras e em locais mais privilegiados. No centro da pirâmide, encontramos os colonos de classes mais pobres, os responsáveis pela efetiva “colonização”, uma vez que produziam em pequenas áreas e disponibilizavam mão de obra para os grandes projetos. Por fim, na base da pirâmide, situam-se os índios, posseiros e extrativistas, cuja presença punha em risco o modelo de colonização desejado, portanto, deveriam ser transferidos e “assentados” em outras áreas.



**Figura 4** - Esquema piramidal ilustrativo das relações de poder existentes na região de Sinop em 1974

Fonte: Ilustração produzida pelos autores.

Essa “arquitetura” era sustentada por um conjunto de procedimentos próprios de cada classe, que orientava desde a forma de se dirigir a um determinado cidadão até a sua inserção nas relações de trabalho, na política, na cultura, normas de sociabilidade e até no lazer. No entanto isso não constituiu um empecilho para o projeto de colonização da Gleba Celeste, ao contrário, apenas o ratificou com maior eficácia.



Tal esquema se assemelha ao que Quijano (2005) propõe ao tratar da colonialidade do poder e do capitalismo mundial. O autor destaca que os índios foram confinados à estrutura de servidão reproduzindo sua força de trabalho como servos. Em contrapartida, os espanhóis e portugueses recebiam salário, por serem comerciantes independentes, não obstante “apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar” (QUIJANO, 2005, p. 108).

Como observamos, o quadro instituído na realidade de Sinop, as formas de controle e de exploração do trabalho foram articuladas entre o estado e o capital regional. Configurou-se aí um novo padrão de poder e controle de trabalho, em que as populações tradicionais passaram a ser dependentes e subordinadas. Com a instauração do modelo de ocupação agroextrativista e pecuário, o modo de produção tradicional se tornou inviável e resultou no colapso das relações sociais e econômicas outrora existentes. Corroborando as colocações acima, Walsh (2008) destaca que a colonialidade também se expressa por um sistema de classificação social hierarquizada pautado na categoria de raça que determina as relações de dominação de uns sobre os outros, em que uns manipulam o poder, e os outros se encaixam na condição de manipulados. “Este sistema de classificação fixou-se na formação de uma hierarquia e divisão de identidade racializada, com o branco (europeu ou europeizado masculino) por cima, seguem os mestiços, finalmente os índios e negros nos últimos degraus” (WALSH, 2008, p. 9).

Fleuri (2003) destaca que, em outros processos de colonização ocorridos no mundo, a estratégia não foi diferente, nem mesmo nos Estados Unidos, Canadá e em outros continentes. Para ele,

[...] tal concepção etnocêntrica justificava a escravidão e o genocídio dos povos nativos. Os imigrantes invasores trataram o continente americano como terra de conquista e não reconheceram a cultura dos indígenas, que foram obrigados a aceitar a cultura dos conquistadores [...] proclamaram a inferioridade daqueles povos e destruíram suas diferentes culturas, impondo a própria civilização com o poder das armas. (FLEURI, 2003, p. 18).

Parece evidente que a cultura europeia, na realidade brasileira, tem sido considerada como um modelo universal, o que faz com que todas as culturas sejam consideradas inferiores, menos evoluídas, justificando-se o processo de colonização cultural.

### **3 O impacto sobre as sociedades indígenas**

As primeiras frentes de colonização que ocuparam as margens dos rios Arinos e Teles Pires deram origem às cidades de Porto dos Gaúchos e Juara.

Foram responsáveis pela migração dos Kayabi para o Parque do Xingu<sup>3</sup> (Figura 5) no início da década de 1950.

A colonização da região de Sinop, por seu turno, afetou também sobremaneira a vida dos índios Panará ou *Kren-Akarore*, que, em estado deplorável, foram transferidos para o Parque Nacional do Xingu em 1975. Uma síntese de sua diáspora foi assim descrita pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2004):

Em 1968 os sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Bôas, sobrevoaram as terras dos Panará, para contatá-los antes que a construção da BR-163 abrisse as matas da região do rio Peixoto de Azevedo. Foram necessários mais de cinco anos para que os irmãos Villas-Bôas finalmente conseguissem se aproximar dos arredios *Panará*, no dia 4 de fevereiro de 1973, pois os índios montavam e desmontavam aldeias e fugiam sempre. Mas antes desse encontro histórico, o contato esporádico com os vírus dos brancos da frente de obras da estrada já havia atingido a população Panará.

De 1973 a 75, foram tantas as mortes em razão de gripe e diarreia que o grupo quase desapareceu: “Nós estávamos na aldeia – lembra-se o chefe Akê Panará – e começou a morrer todo mundo. Os outros foram embora pelo mato, e aí morreram mais. Nós estávamos doentes e fracos e, então, não conseguimos enterrar os mortos. Ficaram apodrecendo no chão. Os urubus comeram tudo”. (ISA, 2004).

Por causa da tragédia, em 1975 um avião da Força Aérea Brasileira removeu os sobreviventes em uma ponte aérea de Peixoto de Azevedo para o Parque Indígena do Xingu, a 250 Km a Oeste. Os Panará chegaram famintos, sem nenhuma grávida, todos portando malária, muito anêmicos e infestados de parasitas. O planejamento para recebê-los no Xingu consistiu na plantação de uma roça de milho e construção de uma casa na aldeia dos Kayabi. Chegaram no posto Diauarum, foram examinados pela equipe médica da Escola Paulista de Medicina e subiram para a aldeia Kayabi. Segundo Heelas, antropólogo que trabalhara na época com o grupo, em 1975 “quase todos estavam sofrendo de malária, ou gripe, ou pneumonia ou de vários desses [...] durante os primeiros dois meses na aldeia nova, morreram cinco, deixando um total de 74 pessoas”. (ISA, 2004).

A seguir, a imagem ilustra uma das diversas aldeias existentes no Parque Indígena do Xingu.

---

<sup>3</sup> Área criada pelo governo federal no ano de 1961 no Alto Xingu, com aproximadamente 30 mil quilômetros quadrados. A criação do parque tinha como finalidade o acolhimento dos povos indígenas e resultou de um longo processo de luta entre as instituições do Estado brasileiro e setores da sociedade civil, envolvendo o controle territorial e a privatização das terras (MENEZES, 2008; PAULA, 2002).



**Figura 5** - Vista aérea de uma das aldeias no Parque Indígena do Xingu.

Fonte: Site Povos Indígenas no Brasil (GOOGLE 2012).

No interior do Parque, os *Kayabi* tiveram um processo de adaptação menos traumático, porém os *Panará* passaram por uma etapa trágica de sua vida física e cultural. Acostumados com o ambiente característico da Floresta Amazônica, não conseguiram sobreviver no meio árido do cerrado.

As condições ambientais também trouxeram grande insatisfação aos *Panará* nessa transferência forçada. Praticavam uma agricultura diversificada, muito mais do que a dos povos do Xingu. Tradicionalmente, plantavam quatro variedades de batata, cinco de cará, seis de mandioca, além de mangarito, abóbora, cabaça, urucum e algodão. Na sua classificação, só a “terra preta” (*kupakyan*) é apta para cultivar as plantas mais exigentes. No Xingu, a agricultura *Panará* fora reconstruída vagarosamente, já que saíram do Peixoto sem nenhuma muda, semente ou raiz. Pelo menos dois tipos de batata doce e dois tipos de cará não foram recuperados. (ISA, 2004).

Além disso, segundo descreve o Instituto Socioambiental (2004), foram obrigados a conviver com os *Kayapó*, seus inimigos tradicionais.

Em março de 1975 as autoridades do Parque resolveram transferir os *Panará* para a aldeia *Kretire*, dos seus antigos inimigos, os *Kayapó*. Embora houvesse mais comida nessa aldeia, a situação era extremamente opressiva. A condição de saúde continuou precária e várias mulheres se

casaram com os Kayapó. Após uma difícil negociação, em outubro de 1975, os Panará foram retirados dali, embora deixando várias mulheres e crianças com os Kayapó. Até então, tinham morrido mais cinco pessoas, ficando 69 Panará. (ISA, 2004).

Após um ano de grandes dificuldades, foram deslocados para outra região no interior do mesmo Parque do Xingu, onde construíram novas aldeias. Nesse período, a população da aldeia foi reduzida a pouco mais de sessenta pessoas, devido aos casamentos interétnicos e aos óbitos advindos de diversas causas. O convívio em terras estranhas, o declínio populacional, as doenças impostas a esse povo resultaram num forte sentimento de nostalgia em relação ao tempo que habitavam em seu território tradicional, levando-os a reivindicar o retorno às suas terras tradicionais.

A fundação da primeira aldeia própria dos Panará no Xingu foi evidentemente um ponto chave na trajetória do grupo. A partir daí, iniciou-se um processo de crescimento populacional, reconstrução cultural e social, e adaptação ativa às novas circunstâncias econômicas, ecológicas e sociais com as quais se depararam no Xingu. (ISA, 2004).

Os Panará cresceram significativamente na nova aldeia. Em setembro de 1980, havia 84 pessoas (contando-se os Panará residentes com outros grupos) e até dezembro de 1982 somavam 95 indivíduos. Em agosto de 1992, a população total havia atingido cerca de 135 pessoas. Mesmo assim, eram considerados pelos outros habitantes do Parque como politicamente menos importante do que outras etnias maiores. (ISA, 2004).

No início da década de 1990, meia dúzia de indígenas da etnia Panará embarcou em uma viagem histórica rumo a Peixoto de Azevedo. Embora houvesse um forte desejo desde o início da década de 1980, essa foi a primeira vez que os *Panará* retornaram às suas terras desde 1975 quando foram transferidos. Ao realizarem o reconhecimento territorial, puderam observar que aquele território não era mais o mesmo, pois havia sofrido vários impactos decorrentes da ação de garimpeiros, fazendeiros, projetos de colonização e pecuária que haviam derrubado a mata e poluído os rios, destruído as aldeias que outrora existiam, e ali mesmo manifestaram o desejo de encontrar-se com as autoridades competentes a fim de reivindicarem novos territórios para produção e sustento de sua vida. Ao se depararem com um trecho ainda não ocupado, ao norte, os *Panará* manifestaram desejo por tal área.

Após várias negociações em diferentes esferas do governo, em 1993 deu-se o retorno dos *Panará* à região de Peixoto de Azevedo, em uma área com aproximadamente 494.000 hectares. Durante os anos subsequentes, foram se mudando aos poucos para aquela região a fim de esperar que o cultivo da terra fosse suficiente para a produção do sustento de toda a população, que já havia triplicado. Em meados da década de 1990, já atingia um número de 183 índios.

Em 2003, alcançaram um fato inédito na história indígena, quando o poder judiciário reconheceu o direito de indenização por danos morais decorrentes das ações do Estado contra aquele povo. Essa indenização diz respeito aos danos sofridos pelos *Panará* em razão da transferência forçada de suas terras tradicionais na década de 1970 a fim de viabilizar a construção da BR 163 (Cuiabá-Santarém).

É neste contexto que chegamos a um ponto importante da história. A retirada dos povos indígenas e sua expropriação trouxeram para aquelas comunidades impactos que precisam ser analisados pela academia e pela sociedade.

Verificamos que a história de Mato Grosso está em constante transformação, quer pelas mudanças nos modos de produção, quer pelas alterações nas suas relações, especialmente das relações de trabalho que transformaram a realidade humana.

Nessa perspectiva, podemos considerar Sinop como um espaço de produção material da vida, em que homens e mulheres criaram as condições para a existência do meio rural e urbano, bem como as relações sociais, econômicas e culturais correspondentes a sua produção e reprodução material. No entanto, para que elas se concretizassem, foi preciso substituir as relações até então existentes, isso é, aquelas praticadas pelos povos indígenas e posseiros. É evidente que tal processo não se deu por assimilação ou por sobreposição de padrões de conduta ou do *modus vivendi*, mas pelo desrespeito ao seu passado histórico e pela subjugação, sintetizados por um ato de força que os arrancou da terra tradicional e depositou-os em um território adverso e desconhecido.

Parece ser claro que os dispositivos de poder que reforçam a desigualdade, a segregação e a inferiorização de determinados grupos sociais, bem como de seus saberes e modos de vida, têm raízes profundas na constituição histórica da América. Ao debaterem acerca do colonialismo, Walsh (2009) e Quijano (2005) resgatam um tema que reforça os argumentos relacionados à expropriação de indígenas de seus *habitat*. Diferentemente do colonialismo histórico que se pautou mais fortemente nos aspectos políticos e econômicos, o colonialismo do poder – expressão do capitalismo mundial – reafirma o modelo de controle, subordinação, dominação e exploração permanente no mundo moderno. Os padrões de poder servem aos interesses da dominação. A colonialidade do ser desvaloriza o humano e proscree as pessoas que, seja pela cor da pele ou pelas raízes ancestrais, foram claramente marcadas e predestinadas à desumanização racial e anulação de seus conhecimentos milenares (WALSH, 2009).

Ao tratar da realidade boliviana, a autora destaca que essa relação resulta que,

[...] uns se sentem superiores sobre outros e isso gera múltiplas arestas de discriminação racial, e que na Bolívia mostra-se como a superioridade do branco frente ao índio, camponês ou indígena, uns são chamados a manipular o poder e outros a ser destinatário de tal manipulação, um destinado a conhecer e outros a ser destinatários desse conhecimento, uns são contra o progresso, e os outros, o desenvolvimento. (WALSH, 2009, p. 8).

#### 4 Colonos e indígenas em Sinop: ‘estabelecidos’ ou ‘outsiders’?

Ao tratar da composição populacional dos primeiros moradores de Sinop, Souza (2004, p. 120) elaborou uma relação nominal das famílias que lá chegaram após o início da colonização, em 1972.

Destacamos alguns sobrenomes que parecem bastante sugestivos se considerarmos o processo de colonização do sul do país ocorrido um século antes: Pissinati; Guerra; Belgrovski; Weirich; de Cézaro; Callegaro; Brioski; Jordan; Montanher; Tryerveiller; Vandressi; Zuanazzi; Schenatto; Sales Mendes; Oelke; Molondentre outros. Na composição desses sobrenomes, há preponderância marcante de famílias oriundas do processo migratório europeu ocorrido a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX.

Ao analisarmos tal contexto, sob o ponto de vista de Norbert Elias (2000), podemos observar uma relação inversa no que tange às práticas de migração, relação de poder e relações sociais tratadas no livro “Os Estabelecidos e os Outsiders”. Naquele estudo, realizado durante aproximadamente três anos, numa pequena comunidade do sul da Inglaterra (Winston Parva), o autor traz ao debate aspectos inerentes à sociodinâmica das estigmatizações no interior de agrupamentos sociais. No centro da discussão, estavam as relações de poder, de status e prestígio atribuídos a cada segmento social do vilarejo. O cenário era formado, basicamente, por dois grupos de moradores. Os mais antigos, estabelecidos desde longa data no bairro, consideravam-se com valores humanos mais elevados do que os dos moradores mais recentes. Julgavam-se senhores de direitos especiais e se denominavam ‘estabelecidos’. Os moradores do segundo grupo, construído em uma época mais recente, eram denominados ‘outsiders’ e como tal, segregados, estigmatizados e tratados como pessoas de valor humano inferior.

Essa dinâmica era rotineiramente mantida no seio da comunidade por meio de mecanismos de controle social, como fofocas elogiosas ou depreciativas, exaltações ou críticas, alianças ou rupturas. Não havia qualquer fator especial que embasasse tal prática. Nenhuma diferença étnica, de classe social ou nacional. Ao contrário, a comunidade era congruente em se tratando de nível educacional, religião, língua, ocupação, renda, cor e etnia. Segundo

Elias (2000), o que mantinha a rivalidade e os diferentes tratamentos eram apenas os aspectos ligados ao tempo de moradia no lugar. O quesito tempo de residência era determinante para estabelecer as relações de poder entre os mais antigos e os mais recentes. Pareceu-lhe provável que a supremacia dos estabelecidos sobre os *outsiders* se dava em razão do sentimento de pertença fortalecido ao longo de oitenta anos de convívio e reafirmação identitária. A principal forma de indicar a inferioridade dos moradores recém-chegados se dava por meio da exclusão:

Excluíram-nos de todos os postos de poder social, fosse na política local, nas associações beneficentes ou em qualquer outra organização local em que sua influência fosse predominante. Acima de tudo, desenvolveram como arma uma 'ideologia', um sistema de atitudes e crenças que enfatizava e justificava sua própria superioridade, e que rotulava as pessoas do loteamento como sendo de categoria inferior. (ELIAS, 2000, p. 65).

Trazidas as pontuações de Norbert Elias para o debate a respeito das relações estabelecidas em Sinop entre os migrantes sulistas e os antigos moradores da região, o que se verificou foi um desfecho inverso ao proposto pelo autor. Para tanto, bastaria perguntar: quem foram os excluídos? Como resposta, a história mostra que, naquele contexto sociopolítico e econômico, foram os segmentos sociais não convergentes com o modelo hegemônico de ocupação capitalista, isso é, os antigos moradores.

Ao apresentarmos uma relação de sobrenomes das famílias que protagonizaram a mudança do modelo extrativista para o agropastoril, verificamos a predominância de sobrenomes de origem europeia. Eram famílias que já possuíam, na história dos seus antepassados, uma narrativa de migração. Eram *outsiders* europeus que se tornaram 'estabelecidos' na região Sul, reuniram os recursos necessários à frutificação econômica e migraram para Sinop não mais como *outsiders*, mas como reestabelecidos.

Um processo inverso ocorreu com as populações outrora estabelecidas na região de Sinop (índios, posseiros e extrativistas). Com a mudança do modelo de ocupação da terra, todo esse contingente populacional foi obrigado a desocupar suas áreas e buscar alternativas de sobrevivência em outros locais ou sob novas relações de trabalho. Muitos moradores antigos foram incorporados como força de trabalho no processo de ocupação agropastoril, na condição de peões, vaqueiros ou operadores de equipamentos específicos da agricultura, pecuária e extração madeireira. Outros passaram a integrar a nova frente de extração mineral (especialmente aurífera) que se expandiu no norte de Mato Grosso, Sul e Sudeste do Pará. Às populações indígenas, secularmente estabelecidas na região, não restou alternativa senão a de serem transferidas, compulsoriamente, para uma região desconhecida, no interior do Parque Indígena do Xingu. *Outsiders* que, apesar de todas as agruras, procuraram se reestabelecer. Porém, apenas os *Kayabi* conseguiram uma

adaptação adequada e atualmente convivem com outros povos no meio físico e cultural do Parque. No caso dos *Panará*, a história não alcançou o mesmo desfecho. Não conseguiram se adaptar no Xingu e saíram à procura de um novo território para se estabelecer, o que finalmente ocorreu no ano de 1993, conforme reportado anteriormente. Atualmente ocupam um território entre o norte de Mato Grosso e sul do Pará e procuram reconstruir sua vida e sua história.

## 5 Considerações finais

No processo de colonização ocorrido em Mato Grosso na segunda metade do século passado, restou evidente o propósito primordial dos governos e do capital privado de disponibilizar terras e implantar infraestrutura para que se efetivasse o projeto de expansão do capitalismo na região. Esse 'modelo' que perdura e se mantém até os dias atuais adota a mesma estratégia, ora de forma aberta e violenta, ora se utilizando de subterfúgios que resultem na concentração da terra, disponibilização de força de trabalho e apropriação do capital natural disponível e, ao que parece, assemelha-se aos propósitos da colonialidade.

O modelo de ocupação de territórios tidos como 'desocupados' agravou o já precário quadro fundiário do Estado, ocupou terras públicas, desalojou populações indígenas e reestruturou as propriedades rurais da região.

Todo esse cenário aqui relatado resultou em alteração do *modus vivendi* das sociedades indígenas. O contato com outras populações e o novo modelo de vida adotado compulsoriamente, resultaram em novas necessidades e novos desafios na vida social, econômica e cultural.

Mas foi no campo da saúde indígena que se verificaram os impactos mais devastadores, quer pelo efeito direto das novas enfermidades, quer pela falta de alternativas para combatê-las. A falta de conhecimentos (e de procedimentos) tradicionais para lidar com as 'doenças modernas', somada à precariedade do atendimento primário e secundário disponibilizado pelos órgãos oficiais, resultaram na redução drástica da população indígena afetada pelo processo de colonização.

No caso específico do povo *Panará*, o crescimento populacional voltou a ser verificado apenas na década de 1990, como resultado de uma atuação mais efetiva no campo da segurança alimentar e territorial e de um atendimento mais efetivo na área da saúde.

Porém muitos problemas ainda persistem. Sem desconsiderar as lacunas mais conhecidas no Sistema Único de Saúde (falta de estrutura, regularidade, recursos, efetividade, gestão etc.), gostaríamos de destacar, neste artigo, dois



aspectos que julgamos relevantes no contexto específico de Sinop e do seu processo de colonização.

O primeiro diz respeito à necessidade de formar e contratar profissionais indígenas de nível médio e superior para atender os respectivos povos. Sem eles, persistirá a instabilidade do atendimento, a precariedade de comunicação, o desconhecimento das causas e consequências culturais relacionadas à saúde e às doenças. Vale dizer, não se tratará nem da saúde indígena nem, tampouco, das suas doenças.

Nesse sentido, o programa de inclusão de indígena em cursos superiores voltados para a área de saúde, ainda que caracterizado como uma iniciativa tímida e limitada, poderá ser um marco para a mudança do atual paradigma de atendimento. A situação de saúde dos povos indígenas é muito séria para seguir nas mãos de alguns profissionais das cidades que visitam ou transitam pelas aldeias.

O segundo ponto a ser destacado diz respeito à vulnerabilidade da saúde indígena no ambiente urbano. Como é sabido, o convívio intersocietários e o fluxocrescente de pessoas das aldeias para as cidades (e vice-versa), ampliou, consideravelmente, a exposição dos indígenas às doenças infectocontagiosas (gripe, tuberculose e DSTs), como, também às drogas 'lícitas' e ilícitas.

O poder público precisa despertar para essa nova realidade que vem se alastrando entre indígenas que transitam pelas cidades (ou que nelas residem) e já avança para o interior de inúmeras aldeias. O consumo indiscriminado do álcool e do crack, por exemplo, não pode ser tratado no limite estrito do indivíduo ou do núcleo familiar, como tem sido o enfoque das políticas públicas nos centros urbanos. No caso dos indígenas, ele agrega também componentes de natureza comunitária, cultural e mística. Um indígena bêbado ou drogado continua mantendo laços de pertencimento e de relações plenas com o seu povo e sua cultura. Lá existe pouco espaço para categorias como 'mendigo' ou 'marginal'. O seu rompimento ensejará a sua *ninguendade*, isso é, o não-existir social e individual.

## Referências

CUNHA, Marion Machado. *O trabalho dos professores e a Universidade do Estado de Mato Grosso em Sinop - MT na década de 1990: o sentido do coletivo*. 2010. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, maio/ago. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010. *Resultado do universo*. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 abr. 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. *Panará*. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/panara/print>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

JAIME JÚNIOR, Pedro. Etnomarketing: antropologia, cultura e consumo. *ERA*, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 68-77, out./dez. 2001.

LEININGER, Madeleine; MCFARLAND Marilyn. *Culture Care Diversity and Universality: A Worldwide Nursing Theory*. 2. ed. New York: Jones and Bartlett, [1991?].

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENEZES, Maria Lúcia Pires de. Parque Indígena do Xingu: efeitos do modo de vida urbano e da urbanização no território indígena. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 11, n. 2, p.183-96, dez. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

PAULA, Luiz Roberto. Parque Indígena do Xingu: A Construção de um território estatal. *Rev. de Antropologia*, São Paulo, n. 2, v. 45, p. 502-508, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2005.

ROMANCINI, Sônia Regina; RODRIGUES Cleire Oliveira. Urbanização na Pré-Amazônia Mato-Grossense: o exemplo de Sinop. *Rev. ACTA Geográfica*, Boa Vista, ano 1, n. 2, p. 43-55, jul./dez. 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Edson Antonio de. *Sinop: história, imagens e relatos*. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidade y decolonialidad: lasinsurgencias político-epistémicas de refundar el estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 131-152, jul./dic. 2008.

\_\_\_\_\_. Interculturalidade e (des) colonialidade: perspectiva críticas e políticas. In: CONGRESSO ARIC, 12., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: ARIC, 2009. p. 1-18.